

## CAPÍTULO 1

### O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento é um processo de transformação econômica, política e social, através do qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo. Trata-se de um processo social global, em que as estruturas econômicas, políticas e sociais de um país sofrem contínuas e profundas transformações. Não tem sentido falar-se em desenvolvimento apenas econômico, ou apenas político, ou apenas social. Não existe desenvolvimento dessa natureza, parcelado, setorializado, a não ser para fins de exposição didática. Se o desenvolvimento econômico não trouxer consigo modificações de caráter social e político; se o desenvolvimento social e político não for a um tempo o resultado e a causa de transformações econômicas, será porque de fato não tivemos desenvolvimento. As modificações verificadas em um desses setores terão sido tão superficiais, tão epidérmicas, que não deixarão traços.

Um sistema social é constituído de relações tanto econômicas como sociais e políticas. E como a própria expressão “sistema” sugere, essas relações são interdependentes, de forma que, quando algumas relações sofrem alterações, as outras receberão necessariamente as influências das modificações. Ora, quando falamos em desenvolvimento, temos sempre como objeto um sistema social determinado, o qual se localizará geograficamente em uma região, um país ou um continente. Será sempre, porém, um sistema social. Suas partes, portanto, serão interdependentes. Quando houver modificações reais na estrutura econômica, estas repercutirão nas estruturas política e social e vice-versa. Se a repercussão for pequena, se o crescimento da renda, por exemplo, não for acompanhado de transformações políticas e sociais, isto será sinal de que aquele crescimento da renda não foi significativo para o desenvolvimento, não podendo ser considerado como tal.

O desenvolvimento, portanto, é um processo de transformação global. Seu resultado mais importante, todavia, ou pelo menos o mais direto, é o crescimento do padrão de vida da população. É por isso que, geralmente, a expressão “desenvolvimento econômico” é usada como sinônimo de “desenvolvimento”. No processo de desenvolvimento, o aspecto econômico é preponderante. Mas o setor político pode transformar-se, em determinados mo-

mentos, no foco dinâmico do processo de desenvolvimento, como, paradoxalmente, aconteceu nos países comunistas. Esses fenômenos, porém, revestem-se sempre do caráter de exceção. A regra geral é que o desenvolvimento tenha como aspecto dominante de seu processo a transformação econômica e, como resultado por excelência, o crescimento do padrão de vida da população no seio da qual ocorre o desenvolvimento.

Falo em padrão de vida e não em renda *per capita*. A melhoria dos padrões de vida, o aumento do bem-estar, é um objetivo universalmente aceito pelas sociedades modernas. Torna-se, pois, mais significativo identificar o desenvolvimento com o aumento do padrão de vida. Por outro lado, embora a renda *per capita* seja uma medida do padrão de vida, é uma medida deficiente. Muitas vezes cresce a renda por habitante sem que haja aumento do padrão de vida, a não ser para uma parcela mínima de privilegiados dentro da população. Quando isso acontece, é provável que não tenhamos transformações políticas e sociais, o crescimento da renda terá sido aleatório e instável e é certo que não poderemos falar em desenvolvimento econômico.

Para que ocorra realmente um processo de desenvolvimento, a melhoria do padrão de vida da população deverá tender a ser automática, autônoma e necessária. Essa melhoria será automática quando o processo de desenvolvimento econômico passar a gerar a si mesmo. Quando, por exemplo, um país atinge o estágio do capitalismo comercial, o reinvestimento estimulado pelo lucro torna-se a regra, o desenvolvimento se automatiza. Quando atingimos um estágio capitalista mais avançado, já de caráter industrial, o desenvolvimento tende a tornar-se não só automático, mas necessário, na medida em que o reinvestimento e o crescimento das empresas tornam-se uma condição de sobrevivência das mesmas. A tendência à autonomia do crescimento da renda, que geralmente caracteriza o desenvolvimento econômico, diz respeito ao fato de que, uma vez iniciado, o desenvolvimento tende não só a gerar a si mesmo de forma necessária, mas também a encontrar dentro de suas próprias fronteiras, especialmente em seu mercado interno, seus próprios fatores dinâmicos.

Concebido dessa forma restritiva, segundo a qual não só as transformações devem ser ao mesmo tempo econômicas, políticas e sociais, como também o resultado mais direto deve levar ao aumento do padrão de vida da população — e esse aumento deve ser automático, autônomo e necessário, ou seja, auto-sustentado —, o conceito de desenvolvimento torna-se historicamente situado. Todas essas condições só se conjugam quando, em um determinado país ou região, as relações e as técnicas de produção adquirem cunho predominantemente capitalista ou socialista; quando o governo da socie-

dade, a administração da produção e a própria convivência social deixam de ser regidos por critérios tradicionais e se enquadram no espírito do racionalismo; quando, finalmente, a riqueza social básica não é mais a terra, como é próprio dos sistemas econômicos tradicionais, ou mesmo as mercadorias, como acontece com o capitalismo comercial, e sim o capital investido em prédios e equipamentos destinados à produção, como acontece no socialismo e no capitalismo industrial.

Nesses termos, não tem sentido falar em desenvolvimento da Grécia antiga ou do Egito dos faraós. Da mesma forma, não podemos falar em desenvolvimento do Brasil na época do ciclo da cana ou do ouro. Nesses momentos houve sem dúvida aumento de riqueza, que, todavia, beneficiou, via de regra, apenas uma elite. As transformações sociais e políticas decorrentes não se revestiram de maior importância, não chegando a mudar a estrutura social ou o sistema de poder daquelas regiões, e faltou a esses aumentos de riqueza qualquer caráter automático, autônomo e necessário. Não houve, portanto, desenvolvimento, no sentido moderno da palavra, no sentido em que o estamos usando.

O desenvolvimento de um país tem em geral um princípio bastante definido. Na medida em que é um processo historicamente situado, surge apenas quando o sistema econômico em que ele ocorre torna-se predominantemente capitalista ou socialista. Em uma sociedade ainda basicamente tradicional, pode ocorrer um processo de crescimento econômico que forneça as bases para o posterior desenvolvimento. Foi o que ocorreu no Brasil, a partir de meados do século XIX até 1930. O desenvolvimento, porém, só começa a ocorrer quando a sociedade tradicional entra em crise, quando os critérios racionais começam a superar os tradicionais, quando o capital passa a ter mais importância do que a terra, quando a competência começa a sobrepor-se ao sangue, quando a lei se impõe aos costumes, quando as relações impessoais e burocráticas começam a substituir as de caráter pessoal e patrimonial, quando a sociedade bivalente de senhores e servos, de aristocratas e plebeus, começa a dar lugar a uma sociedade plural, quando o poder político deixa de ser o privilégio de uma oligarquia claramente definida e começa a se tornar cada vez mais difuso, quando a economia de base agrícola tradicional começa a dar lugar a uma economia industrial e moderna, quando a unidade de produção básica não é mais a família, mas a empresa, e depois não é mais a empresa familiar, mas a empresa burocrática, quando os métodos de trabalho tradicionais cedem lugar aos racionais, quando a produtividade e a eficiência se transformam em objetivos básicos das unidades de produção, quando o desenvolvimento econômico se torna o objetivo das sociedades, quando

o reinvestimento se torna uma condição de sobrevivência para as empresas, quando, enfim, o padrão de vida começa a aumentar de forma automática, autônoma e necessária.

Para que todo esse processo de transformação tenha início e comece o desenvolvimento econômico em uma sociedade, uma revolução política não é absolutamente necessária, embora na maioria das vezes acabe verificando-se. É essencial, todavia, que a classe dominante tradicional — geralmente uma oligarquia de caráter aristocrático — seja substituída no controle político da sociedade por um grupo de classe média. Essa substituição será tanto mais rápida e completa quanto mais radical for a revolução política. A Revolução de Cromwell, na Inglaterra, ou a Revolução de 1930, foram social e ideologicamente menos radicais do que a Revolução Francesa ou a Revolução Russa de 1917. Conseqüentemente, naqueles países, a ascensão ao poder de grupos de classe média e a perda do poder por parte da aristocracia ocorreram de forma paulatina, enquanto nestes se verificou de um só golpe, especialmente no caso da Revolução Russa. Excepcionalmente, o poder político pode não ser empolgado por um grupo de classe média para que tenha início o desenvolvimento, e sim, por uma facção decadente da aristocracia, como aconteceu no Japão. Na grande maioria dos casos, porém, o desenvolvimento será iniciado no momento em que o poder político estiver predominantemente ou exclusivamente nas mãos de um grupo de classe média constituído, seja de empresários burgueses, seja de políticos ou militares nacionalistas ou seja de políticos e intelectuais comunistas. No primeiro caso, enquadram-se todos os países industriais da área capitalista, além de países que estão ainda nos primeiros passos do seu desenvolvimento, como o Brasil. No segundo caso, temos países como a Índia, o Egito, e o México. No terceiro caso, estão os países comunistas.

Naqueles países em que o desenvolvimento é iniciado por políticos e militares nacionalistas, o sistema econômico tende, durante um certo período, a ser indefinido. A propriedade privada dos bens de produção é admitida, mas o setor socializado da economia é grande. Depois de um certo tempo, porém, as tendências do sistema econômico em questão começam a delinear-se em uma forma predominantemente capitalista, como aconteceu no México, ou predominantemente socialista, como sucede na Índia e no Egito.

A tomada do poder por um desses grupos de classe média — que, obviamente, à medida que vão estabelecendo-se no poder, vão transformando-se em classe alta — somada a uma série de outros fatores de ordem econômica que não cabe aqui discutir, dão o sinal de partida ao processo de desenvolvimento. Tem início, então, uma fase na história do país que tem sido chama-

da por uns de Revolução Industrial, para salientar a básica identificação do desenvolvimento com o processo de industrialização; por outros de revolução nacional, especialmente quando se trata de um país colonial ou semicolonial, que, para iniciar seu desenvolvimento, tem não só que colocar em segundo plano sua oligarquia tradicional como também desvencilhar-se do jugo de potências imperialistas; e por Rostow de decolagem, para dar ênfase ao rompimento com o estado de estagnação crônica que caracteriza as sociedades tradicionais.

## A REVOLUÇÃO NACIONAL BRASILEIRA

O ano de 1930 marca o início da Revolução Nacional Brasileira. O Brasil até então fora um país tipicamente semicolonial. Com o processo de industrialização que então se inicia, encetamos nosso caminho rumo ao desenvolvimento. Por uma série de razões, entre as quais sobressaem as de ordem econômica, a nossa história dá uma guinada decisiva. Verifica-se então um processo acelerado de transformação. A história, depois de muitos anos de um desenrolar contínuo e uniforme, sofre um impacto e dá um daqueles seus típicos saltos para uma nova direção. Todos os campos são atingidos: o econômico, o cultural, o social e o político. A nação inteira sofre um abalo profundo, cuja marca essencial é a crise violenta que se abate sobre o café e, portanto, sobre todo o nosso comércio exterior. Vemos um ruir de velhas estruturas, de antigos preconceitos, de classes esclerosadas, de privilégios arraigados.

No plano econômico, as transformações são notáveis. Em primeiro lugar, notamos o rápido aparecimento de um mercado interno. É característica básica de uma economia semicolonial não contar com um mercado interno. A grande maioria da população, trabalhando no campo, encontra-se fora do mercado nacional, produzindo artesanalmente para seu próprio consumo, em condições miseráveis, de forma a não permitir que se possa falar em mercado interno. Este, que, com o café e a abolição da escravatura, tivera seu primeiro impulso, só em 1930 tem oportunidade real de expandir-se. Em segundo lugar, observamos a rápida modificação da estrutura do mercado externo, especialmente no campo das importações. Como país semicolonial, exportávamos produtos primários em troca de manufaturas. O surto industrial, que então se verifica, permite-nos realizar rápida substituição de importações. Assim, praticamente não mais importamos produtos manufaturados de consumo, produzidos agora no país. Por outro lado, a dependência de nossa economia, e, portanto, de nossa renda nacional, em relação à exportação,

diminui de forma sensível. Nosso objetivo básico não é mais produzir para exportar (a preços extremamente baixos em relação aos das importações), mas produzir para consumir. Em terceiro lugar — observa-se que todas essas transformações estão ligadas e dependem sempre umas das outras — temos o desenvolvimento industrial, que já alcançou a indústria pesada e a de equipamentos. Essa rápida industrialização, aliás, é a causa dominante das modificações desse período, enquanto o mercado interno é seu efeito fundamental. Em quarto lugar, verificamos a redistribuição de nossa renda nacional e seu extraordinário crescimento. O país deixa de ser basicamente agrário. Além da agricultura e do comércio, dois novos setores produtivos de renda nacional passam a figurar com importância crescente — a indústria e o Estado.

No plano social, há uma transformação básica a ser analisada. A sociedade colonial é caracterizada pela simplicidade de sua estrutura. A divisão do trabalho ainda é primária. A partir de 1930, a diversificação da sociedade brasileira toma um novo e decisivo impulso. Antes disso, nossa estrutura social apresentava apenas duas classes sociais básicas: a dirigente, dos senhores de terra, intimamente ligada ao alto comércio exportador de café e importador de produtos manufaturados; e a dominada, constituída por um enorme subproletariado rural, vivendo em condições de extrema miséria. Entre a diminuta classe dirigente, totalmente alienada aos interesses estrangeiros dos quais dependia, e a imensa classe dominada, encontramos uma insignificante classe média vivendo nas cidades — classe média essa de cunho parasitário, apoiada fundamentalmente no emprego público, já que o Estado, então, mais do que qualquer outra coisa, funcionava como agência de empregos e polícia, às ordens da oligarquia dominante. É essa a estrutura da sociedade brasileira da República Velha, de que alguns saudosistas incorrigíveis têm ainda a coragem de lamentar o desaparecimento.

A partir de 1930, duas novas classes começam a se delinear com mais firmeza: a burguesia industrial e o proletariado urbano. Essas duas classes virão nos nossos dias a marcar decisivamente a sociedade nacional. Por outro lado, a classe média expande-se rapidamente. Continua ainda em grande parte ligada ao funcionalismo público parasitário. O próprio Estado, porém, deixa sua atitude passiva, de mero instrumento de uma classe dirigente objetivando a ordem social, para participar de forma ativa do desenvolvimento nacional, tornando-se seu principal desencadeador. E já, nessa medida, o funcionalismo deixa em grande parte de ser parasitário. Além disso, a classe média encontra na indústria, e em todas as novas atividades que a mesma permite surgir, um campo ideal de trabalho. E assim, da mesma forma que boa parte do subproletariado rural ascende à categoria de proletariado ru-

ral, em condições de padrão de vida superior, também uma parte do antigo proletariado urbano já tende para a classe média ou nela se instalou. Vemos assim diante de um quadro novo da sociedade brasileira, que se completa com a entrada em decadência — embora ainda com muita força — da antiga classe dominante, que passa a lutar contra a ascensão das novas classes de forma cada vez mais consciente.

A análise dessas lutas, porém, já pertence a outro campo, o político, onde as transformações não são menos notáveis. O que caracteriza politicamente o Brasil semicolonial é o domínio de uma pequena oligarquia de senhores de terra, que tem na organização estatal e no capitalismo internacional, respectivamente, o seu principal instrumento e a sua maior razão de existência. No regime a um só tempo feudal e capitalista em que então vivíamos, o domínio político cabe por definição ao proprietário da terra. Este, necessitando compor-se com o simulacro de democracia que então vigora, usa o Estado não só para manter a ordem estabelecida, mas também para ser seu instrumento político básico. Vigora então a chamada política de clientela, em que a classe dominante troca os votos do povo por promessas de recompensa, geralmente por promessas de emprego público. E o pequeno número de eleitores e seu caráter totalmente dependente da classe dominante tornam fácil a realização dessa barganha. Por outro lado, produzindo para exportar, em benefício direto do capitalismo internacional, que goza de todas as vantagens e deixa uma pequena parcela (embora perfeitamente suficiente para um alto nível de vida) para a oligarquia dominante, esta oligarquia conta com o apoio do capitalismo internacional. Em outras palavras, nosso sistema de produção e comércio interessavam diretamente às nações industrializadas, que auferiam todas as vantagens da troca de produtos industrializados por primários. Por isso mesmo essas nações apoiavam, davam mão forte ao domínio da classe que dirigia esse sistema e lhe ofereciam algumas vantagens.

Com a Revolução de 1930, a oligarquia perde o poder e entra em decadência. As classes sociais, conforme vimos anteriormente, que então se desenvolvem rapidamente, vão participar também do governo, juntamente com as classes derrotadas em 1930 e que se haviam apressado em aderir à nova ordem. E o que vemos então, através dos governos de Getúlio, Dutra, Getúlio novamente e Juscelino Kubitschek? Vemos governos de compromisso, dos quais participam forças antagônicas, embora sejam marcados, em traços amplos, por uma linha de industrialização contínua, ainda que nem sempre bem definida. E isto porque a antiga oligarquia, embora derrotada, ainda continua detentora de enorme força econômica e política, não sendo possível uma política de franca oposição a ela.

Desenrola-se então, a partir de 1930, um drama, cujos contornos irão se definindo cada vez mais. De um lado, lutando por uma volta ao antigo regime, a agricultura latifundiária do café e o alto comércio ligado ao café ou diretamente ao capitalismo internacional, com o apoio da classe média parasitária ligada por laços econômicos e sociais (familiares mesmo) à antiga classe dominante. Do outro, o governo, no qual, além de parte das referidas classes de oposição, que aderiram para poder lutar por seus interesses em campos mais favoráveis, vamos encontrar a classe industrial, a proletária e uma nova classe média. Como se vê, um governo de compromisso, um governo de composição instável, do qual Getúlio Vargas, apesar de seus inúmeros erros, será o genial coordenador e ao mesmo tempo o líder das correntes realmente renovadoras que nesse governo existiam. Nesta análise, em traços extremamente amplos, evidentemente não cabe um exame mais aprofundado da época getulista. Bastam-nos agora essas idéias fundamentais. Getúlio Vargas foi um líder populista típico. Ao contrário de muitos outros líderes populistas, porém, foi suficientemente hábil para realizar a sua missão. Fez um governo de compromisso, soube conceder, mas não perdeu a visão de seu objetivo geral, como tantos fatos comprovam, inclusive os resultados econômicos e sociais de seu governo.

Das forças que se entrecrocavam no primeiro governo Vargas, surgirão, no fim da Segunda Guerra Mundial, os grandes partidos nacionais que a Revolução de 1964 extinguiria. Esses não serão mais meros representantes de uma mesma classe social, a oligarquia dominante, como acontecia antes de 1930. Em 1945, quando volta a ordem democrática, os partidos que então se formam logo se definem, não obstante suas contradições e seu caráter hesitante. A UDN irá representar as forças derrotadas em 1930, além da classe média parasitária a elas ligada. Suas características liberais, agrárias, tipicamente reacionárias tornam-se logo visíveis. Por outro lado, PTB e PSD saem diretamente da matriz getulista. O primeiro irá representar seu caráter mais novo e popular, constituindo-se em um amálgama de líderes sindicais e “pelegos” e de grande parte da nova classe média produtiva que então se formava. Apesar de suas inúmeras falhas, o PTB irá definir-se como partido de esquerda moderada. O PSD, por sua vez, será o representante das demais forças antagônicas que se formaram no governo Vargas. Ainda que se possam notar nele tendências para a industrialização e para o desenvolvimento econômico planejado, será o partido brasileiro híbrido por excelência, o partido de centro.

As transformações verificadas no plano cultural são também profundas. Fundamentalmente, podem ser resumidas em uma só: tomamos consciência



de nós mesmos. Até então, o Brasil não se conhecia. Da mesma forma que uma criança desconhece sua própria natureza, não tínhamos noção da realidade brasileira. Quando tomamos consciência de nós mesmos, nos vimos diante do problema básico de nossa cultura, o profundo complexo de inferioridade colonial que a avassala. Julgávamo-nos racial e intelectualmente inferiores aos povos industrializados, sem a mesma capacidade de trabalho, de iniciativa e de êxito, derivando daí as três alienações básicas de nossa formação: a alienação cultural, a institucional e a econômica. A primeira se evidenciava no caráter transplantado e inautêntico de nossa cultura. Não pensávamos por nós mesmos, mas pela cabeça dos outros. Nossos livros mediam-se em qualidade e profundidade pelo número de citações. Pretendíamos conhecer o Brasil usando simplesmente, sem nenhum critério mais científico, as categorias da cultura estrangeira. A alienação institucional se caracterizava pela nossa insistência em transferir as instituições políticas estrangeiras para o Brasil, sem considerar as diferenças econômicas, sociais e naturais que o país apresentava. Finalmente, a alienação econômica importava na tentativa de copiar as práticas econômicas e financeiras dos grandes centros industrializados e na descrença em nossa própria capacidade de trabalho, especialmente em relação às grandes indústrias. Em todos esses anos a partir de 1930, vamos nos conhecendo melhor, perdendo esses complexos, encontrando-nos com a nossa própria realidade. E é nesse processo, cuja conclusão ainda está longe, que localizamos as grandes transformações culturais verificadas no Brasil.